

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS CAMPUS SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO

LOUISE DE FREITAS SANTOS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: BREVE LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS - 2017 A
2022**

SOROCABA -SP
2023

LOUISE DE FREITAS SANTOS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: BREVE LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS - 2017 A
2022**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência parcial
para obter o título de Licenciada no
Curso de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal de São Carlos,
campus Sorocaba

Orientador: Prof. Dr. Maria Walburga
dos Santos
Co Orientadora: Vanessa Ferreira
Garcia

SOROCABA -SP
2023

Santos, Louise de Freitas

Educação inclusiva e a participação das famílias na educação infantil: breve levantamento de produções acadêmicas - 2017 - 2022 / Louise de Freitas Santos -- 2023.
42f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Maria Walburga Dos Santos

Banca Examinadora: Roseli Gonçalves Ribeiro Martins Garcia, Andréia Regina de Oliveira Camargo

Bibliografia

1. Educação Infantil. 2. Educação Especial. 3. Famílias. I. Santos, Louise de Freitas. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - CCPedL-So/CCHB
Rod. João Leme dos Santos km 110 - SP-264, s/n - Bairro Itinga, Sorocaba/SP, CEP 18052-780
Telefone: (15) 32295978 - <http://www.ufscar.br>

DP-TCC-FA nº 9/2023/CCPedL-So/CCHB

Graduação: Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Curso

Folha Aprovação (GDP-TCC-FA)

FOLHA DE APROVAÇÃO

LOUISE DE FREITAS SANTOS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: BREVE LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS - 2017 A 2022

Trabalho de Conclusão de Curso

Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba

Sorocaba, 27 de março de 2023

ASSINATURAS E CIÊNCIAS

Cargo/Função	Nome Completo
Orientadora	Prof.ª Maria Walburga dos Santos, Dr.ª
Coorientadora	Prof.ª Vanessa Ferreira Garcia, M.ª
Membro da Banca 1	Prof.ª Roseli Gonçalves Ribeiro Martins Garcia, Dr.ª
Membro da Banca 2	Prof.ª Andréia Regina de Oliveira Camargo, Dr.ª



Documento assinado eletronicamente por **Maria Walburga dos Santos, Professor(a) Efetivo(a)**, em 27/03/2023, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador 0975984 e o código CRC 80CC47C7.

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.007967/2023-55

SEI nº 0975984

Modelo de Documento: Grad: Defesa TCC: Folha Aprovação, versão de 02/Ago/2019

Assinado by

2318610A0021...
Prof.ª Andréia Regina de O. Camargo, Dr.ª

Assinado by

Prof.ª Roseli Gonçalves Ribeiro Martins Garcia, Dr.ª
Prof.ª Roseli Gonçalves R. M. Garcia, Dr.ª

Decoliged by

71728F1C2F9842...
Vanessa Ferreira Garcia

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, que sempre sonhou com a minha formação e esteve presente apoiando cada etapa do processo educacional percorrido por mim até aqui.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a minha família por todas as oportunidades dadas a mim durante a vida para que eu pudesse chegar até aqui, especialmente a minha mãe, Zuleica, e ao meu pai, Ariovaldo, que nunca mediram esforços para me proporcionar as experiências que tive, não apenas financeiramente, mas com todo o suporte emocional e incentivos constantes. As minhas avós, Terezinha e Zenilda, e a minha Tia, Margarete, que sempre se fizeram presentes dando suporte e me proporcionaram momentos inesquecíveis durante toda a minha vida.

Aos amigos que fiz durante a graduação, sobretudo aqueles que estiveram comigo nos trabalhos em grupo, nos perrengues de fim de semestre e nas risadas pelos corredores do prédio roxo, Jacqueline Correa, Gabriel, Edilaine, Beatriz Pires e Jeniffer. E também aos meus amigos da vida toda, Ana Letícia, Nathalia, Lívia, Pedro, Lucas Eduardo e Guilherme, por dividirem os melhores momentos da vida comigo durante todos esses anos e por me ajudarem a me tornar o que sou hoje.

Agradeço também a todos os professores que tive ao longo da vida e que contribuíram para que eu construísse a minha jornada na educação. Assim como os alunos que passaram por mim nas escolas onde atuei durante a jornada da graduação, pelos momentos de aprendizado, pelas brincadeiras e pelas gargalhadas gostosas que demos juntos. Agradeço, em especial, meu ex-aluno Ricardo que foi uma luz no meu caminho, quem me deu um norte para entender que a pedagogia sempre foi a melhor escolha que eu poderia ter feito e por ter me conduzido ao tema desta pesquisa.

Por fim, agradeço imensamente à minha orientadora Maria Walburga dos Santos, que sempre esteve presente e teve paciência de me guiar pelo caminho assustador que é a construção do trabalho de conclusão de curso, assim como a co-orientadora Vanessa Garcia que também foi essencial durante esse período. E a composição da banca avaliadora pela disponibilidade.

Muito obrigada!

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como propósito entender quais são os enfoques utilizados nas pesquisas realizadas sobre o tema educação inclusiva na educação infantil e a participação das famílias. Para a realização deste trabalho empregou-se a pesquisa bibliográfica, utilizando o banco de teses e dissertações BDTD a fim de mapear e compreender os principais assuntos estudados sobre o tema e quais as abordagens utilizadas pelas pesquisas feitas no período de 2017 até 2022. O texto inicia com a exposição dos conceitos de educação infantil e educação inclusiva, realizados por meio da exploração em documentos legais, de educação infantil e de educação inclusiva, segue apontando a trilha metodológica utilizada para a busca de teses e dissertações sobre o tema. Os resultados encontrados a partir da pesquisa na plataforma BDTD enfatizam a importância da presença familiar das crianças com deficiência dentro das instituições escolares de educação infantil e trazem novas possibilidades de discussão sobre o tema.

Palavras-chave: Educação infantil. Educação inclusiva. Participação das famílias.

ABSTRACT

This research aims to understand what are the approaches analyzed in research related to inclusive education in early childhood education and the participation of families. To conduct this work, a bibliographical research was used with the BDTD theses and dissertations bank in order to map and understand the main subjects studied in relation to the content and which approaches were used by research carried out in the period from 2017 to 2022. It begins with the exposition of the concepts of early childhood education and inclusive education, carried out through research in legal documents, of early childhood education and inclusive education, and follows the methodological track used and from the results obtained makes a discussion on the topic. The results found from de research on the BDTD emphasize the importance of the family presence of children with disabilities within school institutions os early childhood education and bring new possibilities for discussion on the subject.

Keywords: Early Childhood Education. Inclusive Education. Participation of Families.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos encontrados a partir da pesquisa realizada.....	25
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

LDB	Lei de diretrizes e bases
MEC	Ministério da educação
ECA	Estatuto da criança e do adolescente

LISTA DE SIGLAS

IP - Intervenção precoce

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. PARA CONTEXTUALIZAR	17
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	17
2.2 ENCONTROS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
3. METODOLOGIA	23
4. RESULTADOS	25
4.1. DISSERTAÇÕES	26
4.1.1. A ROTINA NA INSERÇÃO/ADAPTAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	26
4.1.2. PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE A SURDEZ E A EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGO COM FAMILIARES	27
4.1.3. A INTERVENÇÃO PRECOCE E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AÇÕES E CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	28
4.1.4. PERCEPÇÕES MATERNAS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE FILHOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	30
4.2 TESES	31
4.2.1. EXPERIÊNCIAS DE PAIS E MÃES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE MÚLTIPLAS VARIÁVEIS.....	31
4.2.2 ESTUDO COMPARATIVO SOBRE FAMÍLIAS DE PRÉ-ESCOLARES COM DEFICIÊNCIAS, DIFICULDADES ESCOLARES E DESENVOLVIMENTO TÍPICO	32
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

1. INTRODUÇÃO

É na escola que as crianças têm o primeiro contato com o mundo fora de casa, conhecem pessoas que têm uma realidade diferente e vivenciam novas experiências a cada dia. O ambiente escolar deve ser um local seguro onde a criança possa ser, estar e se expressar da maneira que quiser e tiver condições. A criança chega na escola ainda pequena, segundo a Lei Nº 12.796, de 4 de Abril de 2013 alteração da Lei de Diretrizes e Bases, obrigatoriamente aos quatro anos de idade, porém muitas crianças entram ainda bebês com poucos meses de idade nas creches e berçários.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade (BRASIL, 1996)

Tendo em vista que as crianças passam a maior parte do dia na escola, muitas vezes mais do que em casa, é preciso ter formação e conhecimentos específicos para poder reconhecer as peculiaridades e necessidades das crianças. Esse olhar apurado e crítico sobre o desenvolvimento da criança é aquele que observa e consegue distinguir possíveis comportamentos que podem estar relacionados com as inúmeras e diferentes deficiências que existem. A partir das observações e avaliações dos profissionais de educação, muitas vezes, as crianças passam a ser encaminhadas para atendimentos especializados buscando respostas para seus comportamentos que os distinguem das demais crianças da mesma faixa etária que podem ser ou não o indício de uma deficiência.

É preciso compreender que a partir de um diagnóstico a criança precisa continuar no ambiente escolar e receber, portanto, um atendimento que respeite suas limitações e necessidades, dando a ela as condições para realizar as atividades e construir o conhecimento junto com seus colegas, o que chamamos de educação inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases (1996) determina que:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996)

A realidade da educação especial, os desafios e as questões foram chegando à medida que a graduação foi proporcionando discussões na universidade e as vivências nas escolas de educação básica foram acontecendo. No segundo ano de graduação iniciei como estagiária no ensino fundamental, em uma escola municipal de Sorocaba, foi a primeira vez que entrei em uma escola enquanto não aluna e nessa instituição atuei enquanto auxiliar de um menino com deficiência, foi com essa experiência que o interesse pela educação inclusiva foi surgindo e permanecendo.

Posteriormente, em escolas de educação infantil tive a oportunidade de ver e viver a educação inclusiva por uma perspectiva diferente. Na vivência com crianças muito pequenas e bebês foi possível ver melhor o lado das famílias, do conhecimento inicial acerca da deficiência e o quanto os profissionais da educação são importantes nesse processo de descobertas.

Nos estágios pude presenciar muitas famílias descobrindo a deficiência dos filhos após a entrada nas escolas de educação infantil. Com a desconfiança os professores e a gestão precisam conversar com a família da melhor forma possível para que a criança possa conseguir um encaminhamento a terapias e tratamentos que possibilitem para essa criança um melhor desenvolvimento.

Surgiu então algumas questões acerca da relação da família com a escola de educação infantil quando existe a possibilidade de intervenção por parte da escola na descoberta da deficiência. O que os profissionais de educação podem e não podem falar? Como as famílias reagem a essa possibilidade? A relação da família com a escola impacta na vida escolar das crianças com deficiência após o laudo?

A presente pesquisa tem como objetivo específico entender como se dá a relação das famílias de crianças com deficiência com a escola regular de educação infantil, pretendendo compreender não apenas a importância da presença familiar no cotidiano escolar, mas também entender de que forma essa relação tem sido

construída nas escolas. Além disso, como objetivo geral busca reunir um compilado de informações que, apesar de já estarem disponíveis, se encontram dispersas em muitas pesquisas que, por vezes, não se conversam mesmo abordando o mesmo tema.

A pesquisa trará a oportunidade de novas discussões sobre a participação das famílias na educação inclusiva e sua condução na educação infantil, um tema de extrema importância que é bastante discutido, porém que ainda é escasso na quantidade de trabalhos acadêmicos. Sendo assim, a pesquisa busca unir as informações relevantes sobre o assunto em um único lugar trazendo também a discussão sobre o que ainda precisa ser discutido.

2. PARA CONTEXTUALIZAR

O presente capítulo discorre sobre a educação infantil e a educação inclusiva, trazendo uma breve contextualização histórica partindo da leitura dos documentos oficiais e dos estudos produzidos sobre o tema.

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A educação infantil no Brasil se deu através de muita luta e reivindicação por direitos básicos, mas seu início surgiu da necessidade urgente de auxílio que as famílias, principalmente de classe média e baixa que não possuíam recursos, passaram a ter com o avanço do mercado de trabalho. Isso porque as famílias precisaram se reorganizar quando as mulheres, mães, ao trabalhar fora de suas casas precisaram terceirizar o cuidado das crianças pequenas, cuidado antes de inteira responsabilidade delas.

Apesar de surgir por meio de muita reivindicação, a educação infantil, em seu princípio não era vista como iniciativa educacional, não carregava essa nomenclatura e possuía caráter assistencialista visando apenas o cuidado e bem estar das crianças pequenas. Segundo Costa (2021), a educação infantil carregava características de abrigos para crianças desabrigadas, que é para ela uma perspectiva existente até os dias de hoje.

A educação, no geral, é um direito garantido por lei a todos os cidadãos, independente de raça, religião, classe social e gênero e está presente na Constituição Federal de 1988, e só após a sua promulgação, as crianças pequenas tiveram a educação como um direito assegurado pela lei.

Foi a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que a educação das crianças de zero a seis anos tornou-se um direito a ser garantido e ofertado pelo Estado, nas creches e pré escolas. Apesar de não apresentar caráter obrigatório para as famílias, foi considerado um grande marco, visto que esse documento foi precursor no reconhecimento do direito das crianças pequenas de terem acesso à educação pública e gratuita. (COSTA, 2021 p. 26)

Após a constituição de 1988 foram criados outros documentos legais que

reforçam os direitos das crianças como participantes da sociedade, um deles foi a Lei nº 8069/90, denominada o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado dois anos após a Constituição Federal de 1988, e foi um marco importante na conquista dos direitos das crianças reafirmando-os, bem como um meio de certificar e fiscalizar o que estava sendo colocado em prática nas escolas.

Assim como as outras etapas da educação, a educação infantil precisava e ainda precisa de melhorias constantes e revisões na legislação que a contempla. Dessa forma, em 1994, foi aprovado pelo MEC um documento que propõe métodos e finalidades a serem atingidas visando melhorias quanto ao atendimento das crianças pequenas, a Política Nacional de Educação Infantil.

Posteriormente foram criados outros documentos legais de extrema importância que tratavam da educação, dentre eles, a lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 determina que: a educação básica seja composta por três etapas, à educação infantil que atende crianças de zero até cinco anos, o ensino fundamental e o ensino médio (BRASIL, 1996). Assim como outras legislações a LDBEN passou por uma série de modificações que foram essenciais para que a educação num geral chegasse ao que temos hoje.

Além de definir a Educação Infantil como etapa da educação básica, a LDBEN determina vários pontos administrativos e esclarece o objetivo que a Educação Infantil possui em seus artigos 29º e 30º:

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30º. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL, 1996. p. 22)

O PNE, Plano Nacional de Educação (2014-2024), trouxe para a Educação metas a serem alcançadas pelas instituições e pelo Estado em um prazo de dez anos. O documento apresentou como a primeira meta para a educação infantil a sua

universalização para as crianças que precisam obrigatoriamente frequentar instituições escolares, crianças de quatro e cinco anos nas fases pré escolares, e ampliar o acesso às instituições, como creches, para as crianças menores.

A BNCC, Base Nacional Comum Curricular (BRASIL,2018), também é de extrema importância visto que é o documento mais recente que temos para a educação. Ela contém um compilado de direcionamentos e orientações para toda a etapa da educação básica, sendo assim a educação infantil também ganha destaque nesse documento. Para a educação infantil, suas orientações sobretudo trazem estratégias para o desenvolvimento integral das crianças, de maneira que o brincar, o cuidar e o educar sejam utilizados no trabalho docente.

A Educação Infantil, portanto, é um direito da criança e obrigação do Estado e das famílias, mesmo que para as crianças até os três anos ainda seja uma opção para as famílias, e tem como principal objetivo proporcionar as condições necessárias para o pleno desenvolvimento das crianças em todos os aspectos, sendo eles físicos, emocionais, cognitivos e sociais.

2.2 ENCONTROS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo Antenor de Oliveira Silva Neto et al. (2018) a educação inclusiva é um processo que torna a educação regular acessível para todos os alunos e essa abertura faz com que a educação inclusiva seja uma transformação necessária para uma sociedade inclusiva.

Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. (NETO et al., 2018 p.86)

No entanto, a educação inclusiva, assim como a educação infantil, surgiu a partir de uma luta por direitos que visavam a inclusão social de pessoas com deficiência que diariamente sofrem, e ainda infelizmente sofrem, com preconceito e

desigualdade. Inicialmente a educação inclusiva foi pensada de forma discordante, excludente e segregadora, possibilitando pouco ou, por vezes, nenhum acesso ao convívio social com as crianças do ensino regular. Isso porque as crianças com deficiência eram separadas das demais em salas de aula diferentes ou até mesmo escolas especiais que tinham um caráter médico e não educacional. Relma Urel Carbone Carneiro (2012) afirma que:

A história da educação de pessoas com deficiência apresenta um quadro de total exclusão. Esses indivíduos eram institucionalizados e viviam longe do convívio social geral, passando por períodos em que eram separados em escolas ou classes especiais estabelecidas de acordo com as características de suas deficiências, entendendo que sua participação em ambientes comuns só seria possível mediante um processo de normalização, até o momento atual que prevê direitos educacionais iguais e equidade educacional. (CARNEIRO, 2012, p. 82)

A Declaração de Salamanca¹ foi a estréia da construção do direito pela pessoa com deficiência e após a sua criação, no Brasil também começaram a ser construídos documentos que legitimam os direitos da pessoa com deficiência enquanto cidadão de direitos.

Ambas as vertentes da educação se encontram em mais de uma característica e a responsabilidade pela realização da educação tanto para crianças pequenas como para crianças com deficiência era das famílias. Considerando que a educação infantil por si só, como visto anteriormente, já possuía um caráter assistencialista em seu início histórico, e precisou se reorganizar a fim de proporcionar o desenvolvimento integral das crianças pequenas, a educação inclusiva também passou por esse mesmo processo e até hoje precisa ser repensada e refletida para que continue avançando.

A partir dos anos 1990 com a criação da Lei de Diretrizes e Bases, as

¹ A declaração de Salamanca é um documento elaborado em 1994 como resultado da Conferência Mundial de Educação Especial promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU. Nessa conferência, houve representantes de todos os países pertencentes ao órgão. No Brasil a primeira edição traduzida é publicada em 1994 e reeditada em 1997. Para saber mais: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

crianças com deficiência passaram a possuir alguns direitos dentro da educação. “A LDBN, de 1996, também estabelece no seu Capítulo V a Educação Especial como modalidade da educação escolar, abrangendo todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior.” (BARBOZA, 2019. p. 138). No entanto, houve uma maior proximidade entre a educação inclusiva e a educação infantil com o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil - Estratégias e orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Especiais. Já em 2001 o Plano Nacional de Educação estabeleceu medidas e orientações voltadas para a educação inclusiva onde o foco era o máximo desenvolvimento da criança com deficiência.

O Ministério da Educação publicou posteriormente outros documentos que encaminham os profissionais da educação para com o trabalho pedagógico realizado com as crianças com deficiência onde além de orientações, são determinados novos meios para que o trabalho realmente proporcione estímulos que garantam o pleno desenvolvimento da criança de acordo com a sua necessidade.

Quando se trata de alunos com deficiência, é preciso compreender que o processo de aprendizagem é possível dentro de sala de aula regular e modificar o pensamento excludente de que esses alunos não são capazes de estudar, conviver e aprender com os demais. É na escola que este processo de transformação acontece de forma contínua (depois da família), é neste espaço único que os indivíduos são capazes de assimilar conteúdos, interagir e construir conhecimentos. (NETO et al., 2018. p. 87)

É fato que a família não se abstém da sua responsabilidade enquanto participante da vida educacional da criança sendo ela integrante da educação inclusiva ou não. A família precisa estar presente na escola e para isso a escola precisa abrir as portas e permitir “É preciso que a escola ande em conformidade com a família, numa proposta de educação compartilhada, principalmente no caso dos alunos com deficiência, para que haja resultado satisfatório de aprendizagem

dos alunos.” (NETO et al., 2018. p 88).

3. METODOLOGIA

O presente capítulo narra a maneira com que a pesquisa foi desenvolvida e quais foram os caminhos percorridos para a sua conclusão, comentando quais foram os métodos utilizados, as fontes escolhidas, os tipos de pesquisa e quais foram as razões que levaram a cada escolha no decorrer da pesquisa.

A pesquisa foi realizada utilizando-se da metodologia com abordagem qualitativa e quantitativa. Os tipos de fontes são textos acadêmicos, teses e dissertações e documentos oficiais. Dois tipos de pesquisa foram necessários: bibliográfica, pois foi necessário consultar textos acadêmicos a respeito dos assuntos que foram pesquisados.

De acordo com Eduardo Brandão Lima Júnior et al. (2021),

A pesquisa documental não pode e nem deve ser confundida com pesquisa bibliográfica. A utilização do documento nesses dois tipos de pesquisa faz com que elas sejam vistas como iguais, no entanto, elas se divergem quanto à fonte dos documentos, pois a pesquisa bibliográfica tem como foco documentos já com tratamento analítico, na maior parte das vezes publicadas na forma de livros ou artigos. (Junior et al. 2021, p. 42)

A exploração documental foi a primeira etapa da pesquisa realizada buscando a fundamentação e por meio dela compreender as concepções de educação infantil, educação inclusiva e deficiência, bem como os direitos da criança com deficiência quanto à educação e para isso foi necessário analisar os documentos oficiais que abordam os temas.

Já para a pesquisa bibliográfica foi necessário, antes de qualquer etapa posterior, estabelecer uma data, mais especificamente um ano, que guiasse a busca pelos trabalhos acadêmicos mais adequados para encontrar os resultados procurados. Optou-se pelo ano de 2017, por ser uma data que nos permite analisar as produções acadêmicas mais atuais que versam sobre o tema. A pesquisa bibliográfica então foi feita inicialmente a partir de uma busca no banco de teses e dissertações da CAPES, onde o principal objetivo era selecionar os trabalhos que

abordavam o tema para a leitura e aprofundamento da pesquisa e, também, analisar se ela seria a melhor opção de plataforma para a realização da pesquisa. No entanto, após algumas procuras iniciais foi constatado que a CAPES, apesar de ser a primeira escolha e de ser uma plataforma muito abrangente e ampla, não seria a melhor fonte de pesquisa já que a inclusão de textos é feita diariamente o que implica em resultados diferentes a cada nova busca, portanto não permitiu que houvesse um controle de quantos textos estariam sendo analisados.

Sendo assim, diante dessa questão, encontrei uma outra plataforma para ser explorada, a BDTD (Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações), que, assim como a CAPES dispõe um vasto repertório de trabalhos acadêmicos para análise, possibilitou melhores condições de encontrar os materiais utilizados na pesquisa e possui a busca avançada permitindo cruzar palavras chaves de maneira que elas fiquem em campos de pesquisa separados e, o que foi principalmente determinante na escolha dessa plataforma, ao fazer a pesquisa com os filtros selecionados ela permite que os dados encontrados sejam salvos em uma tabela no *EXCEL* permitindo armazenar os textos publicados até o momento de maneira estruturada e com melhor visualização dos trabalhos a serem analisados.

Para a pesquisa na plataforma BDTD realizei três buscas separadas com palavras-chave diferentes em cruzamento, mas que possuem o mesmo significado, procurando um maior número de textos para realizar a análise. Na primeira busca as palavras-chave utilizadas foram Educação inclusiva, educação infantil e famílias. Na segunda pesquisa optei pelas palavras-chave Educação especial, crianças e família. E, por fim, na terceira procura, as palavras-chave usadas foram Crianças com deficiência, educação infantil e família.

4. RESULTADOS

Com as três buscas na plataforma BDTD foram encontrados 258 trabalhos acadêmicos e se fez necessário o estabelecimento de alguns critérios para seleção das teses e dissertações que fariam parte da pesquisa.

O primeiro passo foi, a partir da tabela gerada pela plataforma BDTD, realizar a leitura dos títulos de cada trabalho encontrado e assim eliminar aqueles que não se encaixam no tema pesquisado, dessa forma foi possível perceber que apesar da plataforma permitir realizar uma busca avançada ela ainda encontra diversos textos que não se comunicam com a pesquisa.

Após a seleção pelos títulos os 258 trabalhos se tornaram apenas 20, isso porque a grande maioria dos textos encontrados não abordavam o tema deste trabalho. Do total, 184 textos eram da área da saúde; 49 textos apesar de serem da área da educação tratavam temas diferentes do objetivo inicial como evasão escolar, formação continuada, e até mesmo educação inclusiva, porém com um foco diferente; e por fim 25 textos foram selecionados previamente, no entanto realizei a leitura dos resumos de cada trabalho a fim de classificar e, novamente, estreitar a quantidade de textos buscando através do que cada pesquisa apresenta como enfoque, ao fim dessa última etapa, com base nos critérios estabelecidos foram selecionados 6 trabalhos, sendo 4 dissertações e 2 teses, todos produzidos por universidades públicas nos anos de 2019, 2021 e 2022, descritos no Quadro 1 abaixo.

TÍTULO	TIPO DE TRABALHO (TESE OU DISSERTAÇÃO)	UNIVERSIDADE	ANO
A ROTINA NA INSERÇÃO/ADAPTAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Dissertação	UFRN	2022
A INTERVENÇÃO PRECOCE E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AÇÕES E CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	Dissertação	UFSCar	2018

EXPERIÊNCIAS DE PAIS E MÃES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE MÚLTIPLAS VARIÁVEIS	Tese	UFSCar	2018
PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE A SURDEZ E A EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGO COM FAMILIARES	Dissertação	UFSM	2021
ESTUDO COMPARATIVO SOBRE. FAMÍLIAS DE PRÉ-ESCOLARES COM DEFICIÊNCIAS, DIFICULDADES ESCOLARES E DESENVOLVIMENTO TÍPICO	Tese	UFSCar	2018
PERCEPÇÕES MATERNAS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE FILHOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	Dissertação	UFRN	2021

Fonte: Elaborado por Louise de Freitas Santos a partir da seleção de textos realizada para essa pesquisa no site: <https://bdtd.ibict.br/vufind/> (2023)

Para conclusão da pesquisa realizei a leitura na íntegra de cada trabalho e realizei um breve resumo de cada obra apontando os principais pontos abordados.

4.1. DISSERTAÇÕES

4.1.1. A ROTINA NA INSERÇÃO/ADAPTAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A dissertação apresentada por Milena Oliveira de Lira (2022), foi realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e buscou analisar como se dá a adaptação das crianças com deficiência na educação infantil através da rotina. Para a pesquisa a autora coletou dados por meio de questionários eletrônicos, relatórios, entrevistas semi-estruturadas e registros de observações. A pesquisa foi realizada em uma escola de aplicação da própria UFRN e aconteceu no ano de 2021.

Nossa pesquisa ocorreu numa escola de aplicação, de âmbito federal, com professores altamente qualificados, os quais tivemos: uma mestrandia em educação especial; duas mestres em educação; uma

mestre em tecnologias educacionais; uma doutoranda em educação e duas doutoras em educação. Profissionais com esse arcabouço acadêmico, permitiram que nossa pesquisa se aproximasse de vivências e práticas de muita qualidade. (LIRA, 2022. p. 102)

A pesquisa estabelece que a rotina é parte crucial da organização da educação, principalmente a educação infantil, pois influencia todos os atores presentes na escola, desde alunos até os profissionais. Na pesquisa as professoras entrevistadas apresentaram conhecimentos bastante similares sobre os conceitos questionados sobre a rotina escolar, destacando que a rotina agrega segurança, pertencimento e estabilidade. As professoras trazem também a contribuição de que apesar da rotina ser pré estabelecida, ela deve ser construída em conjunto com as crianças, deve existir uma flexibilidade que surge no respeito às diferenças e singularidades de cada criança presente no ambiente escolar.

Com relação às famílias, a pesquisa aborda que a proximidade das famílias com os docentes e a escola é importante para o desenvolvimento das atividades escolares. A pesquisa se iniciou presencialmente, mas com a chegada da pandemia de COVID-19 passou a ser realizada remotamente. Com o ensino remoto ficou ainda mais evidente o quanto a proximidade da escola, dos professores, com os alunos e com a família se faz importante, na medida em que as crianças se sentem pertencentes a algo e sentem vontade de participar.

Essas estratégias consideraram nas crianças, seus contextos, especificidades, ritmos, limitações e potencialidades, possibilitando-as uma vivência menos dolorosa da separação com a família e entrada presencial/remota numa instituição de educação infantil, num movimento que culminou com a apropriação do novo lugar, das novas pessoas e nova rotina, numa demonstração de prazer em estar na instituição e dela fazer parte. (LIRA, 2022. p. 103)

4.1.2. PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE A SURDEZ E A EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGO COM FAMILIARES

A dissertação de mestrado apresentada por Bianca Salles Conceição (2019)

para o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial na Universidade Federal de São Carlos, foi fruto de uma pesquisa realizada por meio de entrevistas individuais semi-estruturadas que foram gravadas e transcritas para uma melhor análise posterior. Na pesquisa foram cinco entrevistados, sendo mães e pais de crianças surdas inseridas em escolas com proposta bilíngue em três diferentes municípios de São Paulo.

Para o aprofundamento teórico, Conceição (2019) se apoia nos textos de Michel Foucault em seus primeiros capítulos. Depois, nos capítulos seguintes, a autora contextualiza a família trazendo, também, um levantamento histórico sobre a infância relacionando-a à surdez. Além disso, a autora buscou aproximar a educação infantil da discussão abordando políticas e autores que trabalham com o tema.

A pesquisa concluiu que a surdez ainda possui uma forte característica médica e assim é tratada pelas famílias, que enxergam a oralidade como indispensável para os seus filhos e não medem esforços para proporcionar oportunidades de aprendizagem inclusivas para eles.

Enxerga-se, portanto, no que se trata do objeto de pesquisa deste estudo, que as famílias têm uma construção enraizada em verdades clínicas, acarretadas por toda uma questão histórica e social que reflete o uso do Português como língua de circulação e poder. Contudo, o que também se pode verificar foi a mudança do discurso da normalização de seus filhos, por uma pressão familiar ou mesmo interna do filho idealizado, para uma preocupação com as barreiras existentes na sociedade. (CONCEIÇÃO, 2019. p. 144)

4.1.3. A INTERVENÇÃO PRECOCE E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AÇÕES E CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Dissertação apresentada para o Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) por Jaqueline Daise Kaufmann (2021). A pesquisa inicialmente traçou um panorama do que foi produzido acerca do tema entre os anos de 2008 até 2018 com o objetivo de justificar a sua importância.

Foi constatado pela autora que a intervenção precoce passou por modificações conceituais e foi um tema pouco pesquisado durante o recorte temporal sondado. Assim como também ficou evidente que são poucos os meios para realização da intervenção precoce, por falta de investimento, leis e um sistema efetivo que permita sua aplicação na educação infantil.

Para Kaufmann, analisar os trabalhos desenvolvidos a partir do tema foi de extrema importância para poder voltar o olhar para as práticas realizadas pelos docentes de educação especial e realizar as entrevistas com os docentes a fez perceber quais são os seus conhecimentos acerca da intervenção precoce. “As ações da Intervenção Precoce têm como foco central o processo de interação que envolve a criança, sua família e o contexto em que está inserida.” (KAUFMANN, 2021. 104)

Com isso a autora chegou à conclusão de que poucos os trabalhos produzidos fazem com que os profissionais da educação possuam conteúdo suficiente para realizar seu trabalho com eficiência, já que é necessário que os professores estejam em busca constante de conhecimento para proporcionar vivências pedagógicas significativas a seus alunos.

O reconhecimento dos professores de Educação Especial sobre a necessidade de suporte quanto à prática de Intervenção Precoce demonstra a necessidade de oferta de formação inicial e continuada sobre o tema. Há carências de políticas públicas e sociais no âmbito nacional, o que reflete em falhas na formação teórica e prática. (KAUFMANN, 2021, p. 105)

Em seu trabalho, Kaufmann aborda a família como sendo uma parte desafiadora na participação escolar e para que sua presença aconteça da melhor forma possível é preciso muito diálogo, respeitando sempre as diferentes opiniões e posicionamentos que existem.

4.1.4. PERCEPÇÕES MATERNAS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DE FILHOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

A dissertação apresentada por Thaiane Gomes de Medeiros (2021), ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, aborda prioritariamente como “família” a mãe e fundamenta sua escolha visto que, a mãe, é a pessoa que está junto à criança desde o nascimento e percorre todas as etapas de desenvolvimento para a sua inclusão na sociedade. Para a realização da pesquisa, a autora realizou entrevistas semiestruturadas com sete mães de crianças com necessidades educacionais especiais.

A pesquisa empreendida objetivou analisar as percepções das mães em relação à escolarização dos filhos com Necessidades Educacionais Especiais e, de maneira específica: identificar a concepção de escola inclusiva das participantes da pesquisa; discutir sobre o entendimento que elas têm em relação ao processo educacional escolar dos filhos com Necessidades Especiais; descrever possíveis maneiras de aprimoramento do trabalho educacional inclusivo realizado em escolas públicas. (MEDEIROS, 2021. P.95)

A pesquisa constatou que apesar de muito se ter avançado no quesito conquista de direitos para pessoas com deficiência, a escola inclusiva ainda precisa de constantes aprimoramentos buscando atender a todos da melhor forma possível visando sempre o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Além disso, ao fim da pesquisa ficou evidente que as mães entendem a escola como um espaço de sociabilidade de grande importância para a criança com necessidades educacionais especiais. As escolas regulares permitem que seus filhos convivam com outras crianças da mesma idade, bem como adquiram os conhecimentos definidos.

Conclui-se que no caso da dissertação apresentada, à família representada pela mãe, entende que a escola é um local inclusivo que precisa de constante transformação, onde os professores e os profissionais das demais áreas possam ter acesso a novos conhecimentos constantemente para que assim possam aprimorar sua prática a fim de possibilitar um melhor atendimento às crianças com alguma

necessidade educacional especial. Ainda destacando a importância da abertura da escola para a participação mais ativa das famílias e a divulgação de informações acerca da educação inclusiva e das necessidades educacionais especiais dentro e fora da escola.

4.2 TESES

4.2.1. EXPERIÊNCIAS DE PAIS E MÃES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE MÚLTIPLAS VARIÁVEIS

A tese de doutorado realizada por Tássia Lopes de Azevedo (2018), foi realizada na Universidade Federal de São Carlos através do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Em sua pesquisa, Azevedo (2018) evidencia a importância da família para o desenvolvimento da criança enquanto ser humano, considerando que pais e mães de crianças com deficiência experienciam a criação de um filho de maneira completamente diferente dos pais de crianças típicas. A pesquisa contemplou crianças com deficiência intelectual, deficiência física, autismo e atraso no desenvolvimento infantil e aconteceu por meio de questionários feitos para 60 pais e 60 mães, divididos em grupos de acordo com as deficiências que seus filhos apresentavam.

O presente estudo buscou identificar e comparar a qualidade de vida, os recursos, as habilidades sociais educativas parentais, o relacionamento conjugal, as necessidades e o suporte social, entre pais e mães de crianças com deficiência intelectual, deficiência física, autismo e atraso no desenvolvimento infantil e relacionar as variáveis. (AZEVEDO, 2018. p.140)

Os resultados encontrados na pesquisa desenvolvida por Azevedo (2018) desvendam meios para que sejam realizadas intervenções com as famílias das crianças com deficiência, compreendendo suas particularidades relacionadas a diversos aspectos que envolvem o convívio familiar. A pesquisa possibilita visualizar a instituição família enquanto pertencente da sociedade a fim de promover futuramente políticas públicas que considerem sua integralidade.

4.2.2 ESTUDO COMPARATIVO SOBRE FAMÍLIAS DE PRÉ-ESCOLARES COM DEFICIÊNCIAS, DIFICULDADES ESCOLARES E DESENVOLVIMENTO TÍPICO

A tese apresentada pertence ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. Para sua realização, Danielli Gualda Marins (2018) utilizou como método de pesquisa diferentes tipos de questionários que buscavam dados quantitativos e qualitativos.

A pesquisa buscou analisar e ampliar, através da educação infantil, os conhecimentos acerca das famílias. A autora contou com a participação de 87 famílias e abrangeu famílias que tivessem filhos com deficiência, com atraso escolar e também crianças típicas.

De acordo com a heterogeneidade de alunos presente em todas as escolas, questionou-se a existência de características singulares que poderiam diferenciar as famílias que possuíam crianças com deficiências, daquelas que tinham crianças com indicativos de dificuldades escolares e, inclusive, as que tinham crianças com desenvolvimento típico. (MARINS, 2018 p.148)

A família é importante para o desenvolvimento infantil, mas por possuir uma série de variáveis de formação e ambiental e estar em constante mudança, é um tema de alta complexidade, porém de extrema importância. Marins (2018) relatou que a grande dificuldade para a realização da pesquisa foi encontrar famílias que se encaixavam nos critérios e também que aceitavam que seus filhos estavam aptos a participar, pois muitas famílias acreditavam que seus filhos não possuíam deficiências ou algum tipo de atraso no desenvolvimento.

Acredita-se que a forma como a criança inicia os primeiros anos escolares e o apoio que suas famílias recebem reflete, significativamente, ao longo de suas experiências e seu sucesso escolar, conforme foi observado nos três grupos. Para tanto, a escola deve

estar preparada para atender as diferentes concepções/organizações familiares, de modo a auxiliá-las no processo de escolarização dos filhos. A formação e a conscientização de toda a comunidade escolar se tornam cada vez mais relevantes, já que é papel dela integrar todas as famílias na proposta pedagógica da escola e não apenas aquelas cujos filhos são considerados bons alunos. (MARINS, 2018. p.153)

Para finalizar Marins (2018) recomenda que outras pesquisas como a dela sejam realizadas em diferentes regiões do país para que seja possível realizar mais um comparativo entre os resultados.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo faremos uma breve discussão acerca do que foi visto nas dissertações e teses encontradas no decorrer da pesquisa e do que também foi estudado na construção do referencial teórico e documental feito nos primeiros capítulos.

Os trabalhos selecionados na pesquisa trazem em comum a importância da participação das famílias no cotidiano escolar das crianças com deficiência, evidenciando de que forma essa participação ocorre e buscando entender os motivos por trás da sua importância. As pesquisas possuem métodos de pesquisa bastante semelhantes, utilizam questionários e entrevistas semiestruturadas buscando compreender melhor a realidade das famílias entrevistadas.

O foco de Lira (2022) é analisar de que maneira a construção de uma rotina pode influenciar na adaptação escolar da criança com deficiência. A adaptação escolar já é um período de grande mudança na vida das crianças, é onde eles começam a passar mais tempo longe das famílias e por esse motivo a criação de uma rotina, tanto na escola como em casa, que transmita segurança e estabilidade faz com que as crianças não sofram tanto durante esse processo.

A regularidade, nesse caso, não se assemelha à monotonia, nem mesmice, mas um padrão que se repete no ritmo dos sujeitos imbricados no processo, concedendo segurança, pela possibilidade de se prever algumas ações no tempo e espaço. (LIRA, 2022. p. 102)

A pesquisa de Lira (2022) conversa também com o trabalho de Azevedo (2018) que evidencia o quanto a relação familiar impacta na educação escolar das crianças com deficiência. Azevedo (2018) constrói sua pesquisa através da exploração dos mais variados pontos que constroem o cotidiano das famílias e com isso conclui que é preciso entender as especificidades de cada família para que sejam construídas propostas de intervenção que incluam as crianças e as famílias.

Marins (2018) em sua pesquisa também destaca que a participação das famílias repercute ao longo de toda vida escolar das crianças, e para que aconteça

de maneira positiva visando o sucesso escolar, a escola deve promover condições para a recepção dos mais diferentes tipos de famílias, não pensando apenas nas crianças com deficiência que, no entanto, são o foco deste trabalho.

Já para Medeiros (2021) a família foi representada pela mãe e procura saber como é o entendimento acerca da educação inclusiva, quais são os principais pontos que são considerados importantes para a escolha de uma unidade escolar para atender os filhos com deficiência, e quais os critérios que tornam as instituições escolares locais apropriados e inclusivos. Além disso, em comum com os outros trabalhos, a pesquisa de Medeiros (2021) aborda também como funciona o cotidiano escolar e familiar, assim como o relacionamento que a família estabelece com a escola, construindo recursos a serem utilizados para aperfeiçoar a inclusão escolar.

Logo, a matrícula em uma instituição escolar municipal de ensino regular - voltada à Educação Infantil - se deu por diferentes motivos. Algumas mães citaram que foram encaminhadas por instituições que seus filhos frequentavam, outras explicaram que o motivo da matrícula foi a reputação da instituição escolar e a existência de profissionais preparados para atuar com a diversidade do alunado. (MEDEIROS,2021. p. 65)

Os aspectos que dizem respeito ao momento que antecede a presença da criança com deficiência é uma preocupação que se evidencia nas teses e dissertações que possuem o foco na participação das famílias. Com isso a aceitação da criança pela escola e como será realizado o atendimento da criança pelos profissionais da educação, se esses profissionais são capacitados e buscam atualizações acerca de recursos e práticas pedagógicas que podem auxiliar o desenvolvimento das crianças, são questões bastante citadas pelas famílias entrevistadas nas pesquisas encontradas.

Kaufmann (2021) realiza sua pesquisa diretamente com os professores de educação especial e busca compreender o termo Intervenção Precoce e no decorrer de seu trabalho, a autora evidencia que a intervenção precoce é baseada em uma série de ações e estímulos que devem ter como principal foco as crianças e

suas famílias, visando proporcionar o desenvolvimento integral da criança. Atualmente, a Intervenção Precoce é definida como um conjunto de ações interventivas, na qual possibilita o acompanhamento integral às crianças e facilita o acolhimento de suas famílias (KAUFMANN, 2021. p. 54). Dessa forma, a família e a escola de educação infantil se articulam para a promoção do desenvolvimento, já que a criança quando ingressa na escola passa por um processo de expansão nas suas relações pessoais, vivencia uma série de novas experiências e precisa de suporte de todos os lados.

Ademais, Kaufmann (2021) reflete acerca da necessidade que existe em mais produções sobre o tema a fim de permitir que os profissionais da área tenham conteúdo e recursos para busca constante de conhecimento que é um processo necessário para construção de recursos e práticas a serem utilizadas. Assim como é necessário que os profissionais de educação que estão inseridos na realidade da educação especial estejam em constante formação.

A família é determinante no desenvolvimento de crianças com necessidades educacionais especiais: poderá proporcionar um ambiente de cuidado e colaborar por meio de estímulos contínuos. Portanto, o envolvimento familiar é fundamental no processo educacional e o acolhimento às famílias pelos profissionais que atuam diretamente com as crianças é extremamente necessário, pois as informações e orientações possibilitam às famílias maior autonomia, o que possibilita a inclusão social das crianças. (KAUFMANN, 2021. p. 40)

A conversa com familiares é importante para compreender a realidade que atravessa os muros da escola e dessa forma conseguir não somente proporcionar para os alunos experiências enriquecedoras que promovam o desenvolvimento, mas também facilitar o trabalho pedagógico possibilitando que os professores consigam adaptar e criar recursos a serem utilizados na escola.

Conceição (2018) também contribui trazendo que as famílias, assim como abordado nos demais trabalhos, é importante na participação educacional das crianças, mas também coloca em discussão o quanto as famílias possuem uma

série de conhecimentos baseados no senso comum que refletem o caráter médico que a deficiência carrega. Considerando que na educação infantil, as crianças que adentram as unidades escolares são muito pequenas e, por vezes, ainda não desenvolveram a oralidade e sequer a escrita, a representação da identidade que será construída naquele espaço fica, em partes, na responsabilidade de participação das famílias no cotidiano escolar.

A aprendizagem ocorre quando existem colaboração e interação positiva entre alunos e professor. Assim fica mais fácil o professor oferecer oportunidades para desenvolver as potencialidades de seus alunos, favorecendo uma eficiente adaptação e ação sobre o aprender. Essa interação pode não acontecer por vários fatores como o desconhecimento das condições cognitivas, físicas ou sensoriais dos alunos e as pessoas envolvidas neste processo (aluno, professor e família) experimentam a sensação de frustração e fracasso. (CARNEIRO, 2012 p. 92)

As teses e dissertações encontradas trouxeram mais de um ponto em comum acerca da participação das famílias. Em destaque além da unanimidade quanto a importância da presença familiar no cotidiano escolar, as pesquisas abordam o quanto é difícil realizar pesquisas com as famílias pois existem muitas variáveis que compreendem as organizações familiares o que torna a busca pelo entendimento acerca do tema bastante complexo. A dificuldade por trás da coleta de dados para as pesquisas realizadas com as famílias justifica o pouco conteúdo produzido e encontrado pelos pesquisadores citados como também na presente pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação infantil passou e ainda está passando por constantes reformulações e mudanças que pretendem melhorar e garantir que todos os bebês e crianças pequenas tenham acesso, permanência e estrutura de qualidade nas escolas. Ela contempla todas as crianças de 0 a 5 anos respeitando suas individualidades, necessidades e diferenças e, por isso, a educação especial também se faz presente dentro das instituições de educação infantil, já que os bebês e as crianças pequenas com deficiência também devem ocupar os espaços educacionais.

Para que a escola tenha condições de proporcionar uma educação que consiga desenvolver os aspectos cognitivos, sociais e motores na criança pequena, compreendendo suas necessidades e especificidades, ela precisa não somente estar em conformidade com as legislações, mas também entender seus propósitos.

A educação infantil é o primeiro contato da criança pequena com o mundo para além do contato familiar. É na escola que a criança vai vivenciar o diferente, conhecer costumes e realidades que fogem do habitual vivido em casa. E, além disso, ela vai também compartilhar a sua visão de mundo, as suas experiências enquanto ser humano pertencente à sociedade.

A participação das famílias não se reduz ao simples fato de entregar e retirar a criança do espaço escolar, para uma participação que seja de qualidade e que seja acima de tudo significativa para os bebês e crianças pequenas e para a comunidade, as famílias precisam estar próximas e ter uma conexão com o corpo docente. A criação de uma conexão, que possibilite o aproveitamento total das possibilidades que a escola proporciona, também é de responsabilidade da escola que precisa dar abertura e criar momentos de participação que fogem das obrigações básicas, trazendo as famílias para dentro do espaço escolar e criando um espaço acolhedor.

Os trabalhos encontrados no decorrer da pesquisa evidenciaram que todas as crianças, típicas ou atípicas, precisam que a família esteja presente e participe de sua trajetória escolar, no entanto na educação inclusiva essa participação se faz ainda mais necessária e importante. As crianças com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, precisam que a escola se adapte para atender a sua individualidade e, para acontecer uma educação de fato inclusiva, a equipe

pedagógica essencialmente precisa conhecer a realidade em que a criança está inserida, considerando cada pequena singularidade vivida fora da escola.

A prática pedagógica inclusiva deverá se constituir pela junção do conhecimento adquirido pelo professor ao longo de sua trajetória e da disponibilidade em buscar novas formas de fazer considerando a diversidade dos alunos e as suas características individuais. (CARNEIRO,2012 P. 88)

A educação inclusiva é um campo extremamente amplo, aborda diferentes temas, e possui vertentes diversas que, com o avanço das pesquisas, estão sendo cada vez mais exploradas. A participação das famílias é um lado da educação que, dado o resultado da pesquisa, ainda precisa ser vasculhada e documentada no futuro para melhor preparo e formação docente, ainda existem pontos a serem explorados em pesquisas futuras.

Não foram encontrados trabalhos que respondessem às questões feitas inicialmente acerca do desenvolvimento da participação das famílias a partir da descoberta da possibilidade de deficiência. Além disso, outras questões trouxeram a possibilidade de reflexão acerca da construção da relação entre a família e a escola e como se dá a participação delas na educação infantil, existe diferença entre a relação escolar das famílias de crianças típicas e de crianças com deficiência?

Dessa forma fica aberta a possibilidade da realização de pesquisas posteriores que possam preencher as lacunas acerca das questões abertas ao longo deste trabalho.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Tássia Lopes de. Experiências de pais e mães de crianças com deficiência: estudo comparativo entre múltiplas variáveis. 2018. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11237>>

BARBOZA, A. M. R. O brincar da criança com deficiência física em processo de inclusão na educação infantil. 2019. 315 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10096>>

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 10. ed. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEESP/SEF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacaoinclusiva05122014&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020

Carneiro, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124965>>.

CONCEIÇÃO, Bianca Salles. **Práticas Discursivas sobre a surdez e a educação infantil: diálogo com familiares**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11296>>.

COSTA, Juliane Dayrle Vasconcelos da. **Papéis dos profissionais da rede de apoio à inclusão escolar na educação infantil**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15375>>

DA SILVA, Carmem Virgínia Moraes; FRANCISCHINI, Rosângela. O surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil. **Práxis Educacional**, v. 8, n. 12, p. 257-276, 2012.

FREIRE, P. (1998). Pedagogia do Oprimido. 25ª ed. (1ª edição: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

JANNUZZI, G. Alguns aspectos de Educação do Deficiente. Ver. Bras.Cienc.Esporte, Campinas, v. 25, n.3, p. 9-25I, maio 2004. Disponível em <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/235>>

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise documental como percurso

metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em < <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>>

KAUFMANN, Jaqueline Daise. A intervenção precoce e o processo de inclusão educacional na educação infantil: ações e concepções de professores de educação especial. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em < <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23422>>

LIRA, Milena Oliveira de. A rotina na inserção/adaptação de crianças com deficiência na educação infantil. 2022. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em < <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/47560>>

MARINS, Danielli Gualda. **Estudo comparativo sobre famílias de pré-escolares com deficiências, dificuldades escolares e desenvolvimento típico**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em < <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10547> >. Acesso em 28 de Jan de 2023.

MEDEIROS, Thaianne Gomes de. **Percepções maternas sobre a escolarização de filhos com Necessidades Educacionais Especiais**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em < <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/32991?mode=full>>

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018. Disponível em < <https://www.redalyc.org/journal/3131/313154906008/313154906008.pdf>>

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista Histedbr on-line**, v. 9, n. 33, p. 78-95, 2009. Disponível em < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>>

PASSAMAI, Gislaine de Lima; SILVA, Joice Ribeiro Machado da. A história da educação infantil. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**. a. VII, n. 13, 2009.

UNESCO. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.